

O QUE DIZEM SOBRE A REFORMA DO ENSINO MÉDIO: produções sobre a lei 13.415/2017 no período de 2016 a 2019

LO QUE DICEN SOBRE LA REFORMA DE LA ESCUELA SECUNDARIA: Producciones sobre la Ley 13.415/2017 de 2016 a 2019

¹Gessica Mayara de Oliveira Souza; ²Maria Zuleide da Costa Pereira; ³Rafael Ferreira de Souza Honorato

¹Pedagoga e Mestre em Educação pela Universidade Federal da Paraíba;

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3897-3102>.

²Professora Titular do Centro de Educação, vinculada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba, na Linha de Políticas Educacionais; Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8980-9302>.

³Doutorando do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba, na Linha de Políticas Educacionais; Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6196-0211>.

Autora correspondente: e-mail: gessicamayara04@gmail.com

RESUMO:

O texto resulta do mapeamento analítico das produções científicas que tratam da reforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017). O problema que orientou a pesquisa é compreender quais sentidos estão sendo atribuídos à reforma do Ensino Médio nas produções acadêmicas? E que tensões são apontadas por esses sentidos? Objetivamos analisar os discursos sobre a reforma do Ensino Médio nas produções acadêmicas brasileiras no período de 2017 a 2019, destacando aspectos e dimensões enfatizados. Metodologicamente, trata-se de um estudo qualitativo, que utiliza a pesquisa bibliográfica como estratégia para construção dos dados. Dialogamos teoricamente com Cury (2008) Frigotto (2017), Aguiar (2018, Soares (2017), dentre outros autores que desenvolvem pesquisas sobre a reforma. Os achados revelaram que os estudos analisados se posicionam contrários à reforma de características verticais, construída sem a participação da sociedade civil, das Instituições de Pesquisadores e da própria escola, modificando projetos anteriormente construídos nos espaços democráticos.

Palavras-chave: Educação. Reforma do Ensino Médio. Discursos. Sentidos.

RESUMEN:

El texto resulta del mapeo analítico de producciones científicas que abordan la reforma de la escuela secundaria (Ley nº 13.415 / 2017). El problema que guió la investigación es entender qué significados se atribuyen a la reforma de la escuela secundaria en las producciones académicas. ¿Y qué tensiones señalan estos sentidos? Nuestro objetivo es analizar los discursos sobre la reforma de la educación secundaria en las producciones académicas brasileñas en el período de 2017 a 2019, destacando aspectos y dimensiones enfatizadas. Metodológicamente, es un estudio cualitativo, que utiliza la investigación bibliográfica como estrategia para construir los datos. Teóricamente dialogamos con Cury (2008) Frigotto (2017), Aguiar (2018, Soares (2017), entre otros autores que desarrollan investigaciones sobre la reforma. Los resultados revelaron que los estudios analizados se oponen a la reforma de las características verticales, construida sin la participación de la sociedad civil, las instituciones de investigación y la propia escuela, modificando proyectos previamente construidos en espacios democráticos.

Palabras clave: Educación. Reforma de la escuela secundaria. Discursos Sentidos

1 INTRODUÇÃO

A educação é garantida pela Constituição Federal (CF) de 1988 como um direito social de todos, é um dos deveres mais importantes de todas as esferas governamentais e para isso possui uma legislação significativa que deve garantir que essas esferas não só cumpram esse direito da sociedade, mas que a própria educação cumpra também o seu dever social.

Na seção I do capítulo III da Constituição de 1988 está posto, no art. 205, que a educação tem como objetivo o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da

cidadania e sua qualificação para o trabalho. Já no art. 208, a Constituição garante que a educação básica deve ser gratuita e obrigatória dos 04 aos 17 anos de idade e que seja assegurada a sua oferta gratuita a fim de que todos tenham acesso a ela.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/9.394/96) organiza e regulamenta a estrutura e o funcionamento da educação no Brasil. Garante, em seu art. 2º, que a educação é um dever da família e do Estado. Entre os avanços e conquistas que foram incorporados à LDB desde sua implementação, destacamos o art. 4º do título III, no qual está posto que a educação básica será composta pela Pré-Escola, pelo Ensino Fundamental e Ensino Médio, ou seja, a primeira etapa da educação ficou composta por esses três níveis de ensino, e a segunda etapa pela educação superior.

Concordamos com [1] (p. 294) que “educação básica é um conceito mais do que inovador para um país que, por séculos, negou, de modo elitista e seletivo, a seus cidadãos, o direito ao conhecimento pela ação sistemática da organização escolar”. A partir de [1] (p. 295), podemos entender a educação básica como um processo, uma organização sistemática. Como o próprio autor destaca, “a educação infantil é a raiz da educação básica, o ensino fundamental é o seu tronco e o ensino médio é seu acabamento”. Percebemos, então, que nesse arranjo as etapas passam a ser conectadas umas às outras, não podendo ser separadas e caso seja tirada uma das partes ela passa a ser fragmentada, perdendo seu conceito de organização e seguimento de uma etapa da educação.

Mas, atualmente, vivemos em um contexto de incertezas em relação à educação brasileira e ao próprio conceito de educação básica, pois após o *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff no ano de 2016, a presidência da república foi assumida pelo seu vice, Michel Temer. Em um pequeno espaço de tempo, o atual governo lançou um conjunto de medidas que afetaram vários espaços e instâncias do país, gerando greves, a exemplo da greve dos caminhoneiros que parou todo o país, e paralizações em todo o Brasil, nas universidades, escolas e outras instâncias.

[2] explica que dentre as muitas mudanças que ocorreram no governo de Michel Temer, destacam-se as contrarreformas educacionais, da previdência, a trabalhista fiscal e a desobrigação econômica da soberania nacional, a respeito dos recursos naturais e das empresas estatais. Para [2], a implementação de um novo regime fiscal apresenta-se como uma das principais medidas do governo, para o qual essa medida é importante para a diminuição da dívida pública. O Plano de Emenda Constitucional (PEC) 55/2016 tem como objetivo limitar os gastos públicos durante duas décadas e “pode ser visto como a maior modificação já

realizada na Constituição de 1988 desde a sua promulgação” [2] (p. 70). A PEC 55 trata de aplicações mínimas em ações de serviço público, como saúde e educação, que são direitos reconhecidos pela CF de todos os cidadãos.

O Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), que estabelece 20 metas e 254 estratégias para o avanço da educação brasileira, é fruto de lutas, debates e reivindicações da sociedade e visa ser colocado em prática, de acordo com o Fórum Nacional de Educação, consistindo em quase dobrar as atuais receitas orçamentárias da educação. No entanto, com o corte de investimentos na educação, surgem as incertezas sobre a concretização do PNE.

[2] explica ainda que diversos órgãos e movimentos da sociedade brasileira já se posicionaram contra a PEC 55, não só pelos riscos que ela traz para a educação, mas pelo conjunto de metas que se tem de melhoria para todas as instâncias do país. Já se posicionaram contra a PEC 55 a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), o Fórum Nacional de Educação (FNE), a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) e o Movimento Todos Pela Educação.

Diante das tantas reformas que o atual governo instituiu no país, destacamos a do dia 22 de setembro de 2016, em que o Governo Federal encaminhou ao Congresso Nacional a Medida Provisória (MP) 746/2016 que trazia em seu texto a proposta de organização dos currículos do Ensino Médio, a ampliação da jornada escolar deste nível de ensino e a política de Implementação de Escolas de Ensino Médio em tempo integral [3]. Em fevereiro de 2017, a MP foi aprovada e se transformou na Lei nº 13.415/2017, alterando, por conseguinte, a LDB (9.394/96).

A Lei nº 13.415/2017 provocou alterações em alguns artigos da LDB, trazendo novas alterações para o currículo do Ensino Médio, que agora deve ser composto pela Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Médio (BNCC/EM) e pelos itinerários formativos, de acordo com o art. 36 da LDB:

O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber:

I - linguagens e suas tecnologias; II - matemática e suas tecnologias; III - ciências da natureza e suas tecnologias; IV - ciências humanas e sociais aplicadas; V - formação técnica e profissional [4]

Dessa forma, em uma tramitação conturbada, o Ministério da Educação (MEC) lançou, no ano de 2018, a BNCCEM como uma “nova” proposta para o currículo de acordo com a Lei 13.415/2017. Defende-se que essa “nova” proposta vai tornar o currículo mais flexível, permitindo aos estudantes escolher qual área do conhecimento, dentre os cinco itinerários propostos, eles desejam cursar.

Referindo-nos à questão acima pautada, gostaríamos de levantar uma problematização: por que é dado ao jovem o poder de escolha do seu futuro profissional ao delegar total responsabilidade sobre sua formação? Acreditamos que o jovem deve ser o protagonista de suas escolhas, mas nosso questionamento gira em torno de atribuir ao jovem uma autonomia de decisão que não cabe somente a ele, mas que também é dever do Estado e da família.

Outro ponto que gostaríamos de problematizar diz respeito à separação das etapas da Educação Básica, pois a BNCC para a Educação Infantil e Ensino Fundamental foi divulgada em 2017, enquanto a do Ensino Médio foi construída separadamente e divulgada apenas no ano de 2018, provocando uma ruptura da obrigatoriedade da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) pública e gratuita. [5] (p. 40) afirmam que “a BNCC para a Educação Infantil e Ensino Fundamental, aprovada pelo CNE e homologada pelo MEC, apresenta-se, portanto, fragmentada, por excluir o Ensino Médio”. Por essa razão, concordamos com a afirmativa dos autores.

Ainda, durante as audiências no Conselho Nacional de Educação (CNE) para a aprovação da BNCC da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, as conselheiras do CNE, Aurina Oliveira Santana, Malvina Tuttman e Márcia Angela Aguiar, colocaram em pauta a exclusão da BNCC do Ensino Médio. Segundo as conselheiras, “uma questão que permeou todo o debate da 3ª versão da BNCC, no CNE, foi a exclusão do Ensino Médio, como assinalado anteriormente, à medida em que esta versão se delimitou à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental, não atendendo, desse modo, as exigências legais”, declarando, ainda, que nenhuma explicação foi dada sobre a exclusão desta etapa da Educação Básica e sobre o descumprimento da Lei. Nesse sentido, [5] (p. 40) destacam que

essa concepção de política de forte centralização e protagonismo do governo federal, não contribuem para o estabelecimento de políticas nacionais pautadas na relação de efetiva cooperação e colaboração entre os entes federativos, entre seus sistemas de ensino, instituições educativas, bem como seus profissionais e estudantes.

Diante dos inúmeros impasses que estamos vivenciando, os quais têm provocado a desconstrução de toda uma legislação que articulava de forma orgânica a Educação Básica no

Brasil, propomo-nos, neste texto, a mapear trabalhos (teses, dissertações, dossiês e artigos) que tragam no corpo de seu texto problematizações que envolvam a nova reforma do Ensino Médio aprovada em 2017 no governo do ex-presidente Michel Temer.

A relevância deste mapeamento se dá inicialmente por duas razões: primeiro para podermos fazer um panorama das discussões feitas pelos pesquisadores e pesquisadoras da referida temática no atual contexto educacional brasileiro e, posteriormente, para verificarmos a relevância da nossa problemática de pesquisa de dissertação.

O trabalho de dissertação que foi mencionado acima tem como título “Políticas curriculares do Ensino Médio no Brasil: retrocessos, resistências e inovações”, no qual intencionamos analisar como a reforma do Ensino Médio repercutiu nos discursos dos discentes e docentes frente aos estudos e pesquisas produzidos sobre a reforma.

Ressaltamos a importância do mapeamento como um conhecimento prévio que tem sua origem nas produções de textos e pesquisas sobre o objeto em estudo e, segundo [6], o trabalho de revisão de textos é uma forma de pesquisa que utiliza como principal fonte de dados textos produzidos sobre determinado tema. “Esse tipo de investigação disponibiliza um resumo das evidências relacionadas a uma estratégia de intervenção específica, mediante a aplicação de métodos explícitos e sistematizados de busca, apreciação crítica e síntese da informação selecionada” [6] (p. 84).

Dessa forma, um dos objetivos principais da revisão textual é identificar temas que necessitam de evidência, auxiliando na orientação de investigações futuras, pois através de uma pesquisa como essa é possível evidenciar os temas que mais estão sendo tratados nos textos e perceber quais estão tendo menos visibilidade, fazendo com que o pesquisador possa, conseqüentemente, debruçar-se em pesquisas sobre novos temas que podem ser até considerados inéditos ou de pouca visibilidade.

O presente trabalho está dividido em quatro partes. Na primeira parte, trabalharemos o processo metodológico utilizado. A segunda, apresentaremos as características gerais dos dados coletados. Na terceira, faremos a análise das problematizações encontradas nos trabalhos mapeados. Por fim, analisaremos a relevância do nosso problema de pesquisa de dissertação a partir dos dados obtidos no mapeamento.

2 DELINEANDO O PROCESSO METODOLÓGICO DE BUSCA PELOS DISCURSOS

Considerando que a reforma em questão foi aprovada no ano de 2017, por meio da Medida Provisória nº 746 de 2016, optamos por delimitar a busca dos trabalhos publicados entre os anos de 2016 a 2019. Elegemos como descritores a “Reforma do Ensino Médio”, “Proposta do Ensino Médio” e “Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio”. Embora tenhamos achado alguns trabalhos de anos anteriores, verificamos que as produções tratavam de outras reformas, mas como nesse estudo iremos nos debruçar sobre a reforma implantada pelo então presidente Michel Temer, consideramos as produções publicadas após a medida provisória de 2016.

O quadro 01 lista as fontes e as instituições nas quais realizamos a pesquisa. Fomos levados a essa escola pela necessidade que a ciência tem em realizar mapeamentos de estudos para auxiliar no direcionamento de novos posicionamentos teóricos, mas também éticos e políticos. Então, não poderíamos deixar de consultar as teses e dissertações produzidas no Brasil no recorte temporal que estabelecemos para o estudo.

Quadro 01 – Fontes utilizadas na produção dos dados do mapeamento

FONTE	INSTITUIÇÃO	ANO
Plataforma <i>online</i> de teses e dissertações	CAPES	2016-2019
Plataforma <i>online</i> de teses e dissertações	BDTD	2016-2019
Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFPB	UFPB	2016-2019
Revista Espaço do Currículo	UFPB	2016-2019
Revista Educação e Sociedade vol. 38, n. 139	UNICAMP	2017
Retratos da Escola v. 11, n. 20	CNTE	2017
38º e 39º Reuniões Nacionais da ANPED	ANPED	2017-2019

Fonte: organizado pelos autores, 2020.

Ainda consta no quadro 01 os periódicos que compuseram as fontes. A Revista Espaço do Currículo, editada pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Curriculares, vinculada ao Centro de Educação (CE) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), com qualis A4 (2017-2018), compreendendo que isso lhe dá uma maior projeção nacional, frente aos demais periódicos de educação da UFPB. A Revista Educação e Sociedade, com qualis A1 (2017-2018), editada pelo Centro de Estudos Educação e Sociedade, vinculada a Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP e a Revista Retratos da Escola, qualis B2, editada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). As duas últimas foram adicionadas pelo protagonismo que assumiram ao lançarem dossiês sobre o tema em questão. Os anais da Reunião Nacional da ANPED foram incluídos por entendermos que essa instituição é a maior em representatividade dos pesquisadores nacionais vinculados às pós-graduações do Brasil.

A primeira plataforma pesquisada por nós foi a Plataforma de Teses e Dissertações da CAPES, na área de busca inserimos os descritores e dentre os resultados encontramos 03 dissertações que tratavam do tema pesquisado, não encontramos nenhuma tese.

A segunda plataforma em que pesquisamos foi a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). No espaço para busca, colocamos dois termos para pesquisar os trabalhos: o primeiro foi “reforma” e o segundo foi “ensino médio”; refinamos a busca para os anos de 2016 a 2019 e encontramos um total de 76 trabalhos. Lemos seus resumos, encontrando apenas 03 que tratavam sobre a atual reforma do Ensino Médio. Os demais, 74 trabalhos, embora fossem sobre o Ensino Médio, tratavam de outras temáticas, como por exemplo, o Ensino Médio profissionalizante. Alguns apareciam apenas por conta das palavras “ensino” ou “reforma”, mas não contemplavam o assunto buscado por nós; outros trabalhos tratavam sobre projetos de educação de estados brasileiros específicos. Separamos, então, esses três trabalhos que tratam da atual reforma para nossas análises que estarão no próximo tópico.

Em seguida realizamos a pesquisa na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFPB, direcionada particularmente ao PPGE, por se tratar do único Programa de Pós-graduação em Educação da UFPB. Encontramos apenas 01 trabalho que trata da atual reforma do Ensino Médio. Outros trabalhos foram encontrados tratando do Ensino Médio, mas, por não tratarem da temática, o que nos levou a não os analisar neste mapeamento.

Entre os periódicos que elencamos anteriormente, iniciamos pela Revista Espaço do Currículo, tivemos como resultado da busca 04 textos. Na Retratos da Escola encontramos 08 produções. Já no dossiê da Revista Educação e Sociedade, foram considerados 05 textos relacionados ao tema.

Por fim, prosseguimos com a análise dos anais da ANPED, mais especificamente sobre os anais da 38ª e 39ª reuniões Nacionais da ANPED (2017; 2019), ambas se inseriram em nosso recorte temporal. Iniciamos a busca no GT Currículo, no qual foram encontrados 26 trabalhos na 38ª reunião e 42 na 39ª, mas nenhum deles tratava da temática pesquisada por nós. No GT Estado e política educacional, dos 31 textos que compuseram o GT na 38ª reunião, nenhum tratava sobre a atual reforma do Ensino Médio, na 39ª dos 30 trabalhos mapeados, 02 tratavam sobre a reforma. Já no GT Trabalho e educação, dos 26 trabalhos encontrados na 38ª reunião, apenas dois tratavam do Ensino Médio e na 39ª, dos 26 trabalhos encontrados, 04 tratavam sobre a temática pesquisada.

Quadro 02 - Quantitativo das produções nas respectivas fontes

FONTE	Qtd	%
-------	-----	---

Plataforma online de teses e dissertações	3	09,38 %
Plataforma online de teses e dissertações	3	09,38 %
Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFPB	1	03,12 %
Revista Espaço do Currículo	4	12,5 %
Revista Educação e Sociedade vol. 38, n. 139	5	15,62%
Retratos da Escola v. 11, n. 20	8	25 %
38º Reunião Nacional da ANPED	2	06,25%
39º Reunião Nacional da ANPED	6	18,75%
TOTAL	32	100%

Fonte: Organizado pelas autoras, 2020.

Portanto, como mostra o quadro 2, neste mapeamento analisamos um total de 32 textos.

2.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS DOS DADOS COLETADOS

Apresentaremos, neste tópico, as características gerais dos dados encontrados. As produções encontradas foram as seguintes:

Quadro 03 – Dissertações e Teses sobre a reforma do Ensino Médio de 2016 a 2019

TÍTULO	AUTOR/A	PRINCIPAIS REFERÊNCIAS	OBJETIVO GERAL
Contrarreforma do Ensino Médio: ações do empresariado brasileiro para uma educação da classe trabalhadora	ALMEIDA (2018)	FRIGOTTO (2010); FERNANDES (2008); MESZÁROS (2008);	<i>Identificar a ação do empresariado brasileiro junto ao governo federal e seu interesse em influenciar as políticas educacionais</i>
Crítica à contrarreforma do Ensino Médio (lei 13.415)	CARDOSO (2019)	KUENZER (1989); MACHADO E ROCHA (2017); MÉSZÁROS (2005); SAVIANI (1994, 1999),	<i>Analisar a contrarreforma do Ensino Médio nos marcos da expansão do empresariamento da educação e da ofensiva do capital</i>
A reforma do Ensino Médio no governo Michel Temer (2016- 2018)	COSTA E SILVA (2019)	-	<i>Compreender como se deu a formulação dessa política, iniciada com o encaminhamento ao congresso nacional da medida provisória n. 746/2016 e regulamentada pela lei n. 13.415/2017</i>

Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, 2019.

Quadro 04 – Dissertações e Teses sobre a reforma do Ensino Médio de 2016 a 2019

TÍTULO	AUTOR/A	PRINCIPAIS REFERÊNCIAS	OBJETIVO GERAL
A construção cotidiana da greve na UFRGS: o movimento	MORTARI (2017)	GARCEL (2017); GALVÃO (2011); CRUZ (2017)	<i>Problema de estudo: a construção cotidiana destes movimentos grevistas por técnico-administrativos</i>

contra as reformas no final de 2016			<i>apoiados pela ASSUFRGS e docentes apoiados pelo andes - seção sindical UFRGS.</i>
Ensino Médio no papel: educação, juventudes e Políticas Educacionais	SILVA (2018)	ARROYO (2014); CORROCHANO (2014); DAYRELL (2009); GADOTTI (2010); KRAWCZYK (2009,2017); KUENZER (2005)	<i>Identificar e analisar a concepção de juventude apresentada nos documentos oficiais e vigentes do ensino médio.</i>
A reforma do Ensino Médio (lei 13.415/17): o que pensam alunos e professores?	ANDRADE (2019)		<i>Análise crítica das concepções de alunos e profissionais de ensino que atuam no Ensino Médio em escolas públicas e privada, acerca das necessidades de mudanças para a construção de um ensino de qualidade, confortando-as com as propostas da lei nº 13.415/17.</i>

Fonte: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, 2019.

Quadro 05 – Textos sobre a reforma do Ensino Médio mapeados na ANPED em 2017 e 2019

TÍTULO	AUTOR/A	PRINCIPAIS REFERÊNCIAS	OBJETIVO GERAL
A formação do licenciando nos Institutos Federais do Nordeste e o Ensino Médio integrado à educação profissional	NETA; PEREIRA; SOUSA (2017)	KUENZER (2009); MACHADO (2010); VEIGA (2008)	<i>Analisar, nos cursos de licenciatura em letras, matemática, química e geografia dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia da região Nordeste, as concepções de formação docente voltadas à formação para a Educação Básica, especialmente o Ensino Médio Integrado (EMI)</i>
A formação humana no ensino médio integrado: o que dizem as pesquisas	DRAGO (2017)	FRIGOTTO (2012); SAVIANI (2016).	<i>Uma análise sobre as discussões acerca da formação humana no Ensino Médio Integrado (EMI), constantes em artigos, dissertações e teses publicados no repositório da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior</i>

			(CAPES) entre os anos 2000 e 2015.
O sentido da política educacional no capitalismo dependente, o Ensino Médio e a Lei 13.415/17: qual o propósito de reformar a formação secundária brasileira?	MACHADO (2019)	CURY (1998); FRIOGOTTO (2006); KUENZER (2005).	Analisar as relações identificadas entre a bibliografia analisada e as categoriais conceituais formuladas para interpretar a sociedade brasileira a partir do materialismo histórico dialético.
A reação docente à contrarreforma do Ensino Médio na rede federal	VIEIRA (2019)	FERRETI e SILVA (2017); LIMA e MACIEL (2018)	Analisar as reações dos docentes do IFRJ à Reforma do Ensino Médio
Novo Ensino Médio? quem conhece, NÃO aprova!!	GONÇALVES (2019)	FERRETI (2019); KRAWCZYK (2014); MOLL (2012)	Discutimos a proposta do “Novo Ensino Médio”, analisando as percepções de estudantes secundaristas de duas escolas públicas estaduais no RS
O itinerário técnico e profissional na reforma do Ensino Médio: o protagonismo do retrocesso	MONTEIRO e SILVA (2019)	CARNOY (1997); SHIROMA, MORAES e EVANGELISTA (2019)	Analisar a oferta do itinerário formativo técnico e profissional no contexto da Reforma do Ensino Médio no estado do Espírito Santo, definida na lei nº 13.415/17
O novo Ensino Médio paraense da lei n. 13.415/2017: dissensos, disputas e resistências	NEGRÃO e HORA (2019)	FREITAS (2018); ARAÚJO (2018), VIEIRA E ALBUQUERQUE (2018)	Objetiva evidenciar os dissensos e as disputas emanados pelas propositivas da “reforma” em ataques ao direito público e as insatisfações sociais desta decorrente
A atuação da burguesia brasileira na reforma do Ensino Médio	QUADROS (2019)	FERRETI (2018); ZAN e KRAWCZYK (2018)	Este trabalho analisa a participação do empresariado nas audiências da medida provisória 746/2016 que reformou o ensino médio
O novo Ensino Médio paraense da lei n. 13.415/2017: dissensos, disputas e resistências	NEGRÃO e HORA (2019)	FREITAS (2018); ARAÚJO (2018), VIEIRA E ALBUQUERQUE (2018)	Objetiva evidenciar os dissensos e as disputas emanados pelas propositivas da “reforma” em ataques ao direito público e as insatisfações sociais desta decorrente

Fonte: Anais da 38ª e 39ª Reunião Nacional da ANPED, 2019.

Quadro 06 – Dissertações e Teses sobre à reforma do Ensino Médio de 2016 a 2019

TÍTULO	AUTOR/A	PRINCIPAIS REFERÊNCIAS	OBJETIVO GERAL
A contrarreforma do Ensino Médio do governo Michel Temer: a reorganização do projeto neoliberal e a desconstrução da educação física escolar	SOARES (2017)	FRIGOTTO (2016); GENTILI (2013); GRAMSCI (2010); HERMIDA (2009); MOREIRA (1992); SAVIANI (1998).	<i>Analisar a contrarreforma educacional do governo de Michel Temer, focando nos desdobramentos que a mesma traz para a disciplina de educação física no ensino médio.</i>

Fonte: Plataforma de teses e dissertações do PPGE, 2019.

Quadro 07 – Artigos sobre a reforma do Ensino Médio de 2016 a 2019 - Revista Espaço do Currículo

TÍTULO	AUTOR/A	PRINCIPAIS REFERÊNCIAS	OBJETIVO GERAL
A reforma do Ensino Médio brasileiro como estratégia biopolítica de governo	CERVI; SANTOS (2019)	FOUCAULT (2004) CASTRO (2016)	<i>Problematizar a reforma do Ensino Médio</i>
A Reforma do Ensino Médio e suas Consequências: O que pensam os professores de sociologia?	OLIVEIRA; BINSFELD; TRINDADE (2018)	APPLE (2006) CUNHA (2017) FERREIRA (2017) KRAWCZYK (2009)	<i>Analisar como os professores de Sociologia avaliam a Reforma do Ensino Médio</i>
A reforma do Ensino Médio como mecanismo de intensificação do dualismo escolar	ESQUINSANI; ESQUINSANI (2019)	FERREIRA (2017) KRAWCZYK (2011) KUENZER (1997) SILVA (2001)	<i>O texto problematiza a organização curricular desta etapa da Educação Básica e as possibilidades dessa organização representar - após a Lei nº 13.415/2017 -, a intensificação desse dualismo</i>
Juventude e formação profissional no contexto das reformas do Ensino Médio e das diretrizes curriculares nacionais (1971-2017)	OLIVEIRA; BATISTA (2018)	APPLE (2006) FRIGOTTO (2007) FREITAS (2003)	<i>Aprofundar quanto às concepções das reformas do ensino médio articulado ou não à profissionalização dos jovens</i>

Fonte: Revista Espaço do Currículo, 2020.

Quadro 08 – Artigos sobre a reforma do Ensino Médio no dossiê da Revista Retratos da Escola

TÍTULO	AUTOR/A	PRINCIPAIS REFERÊNCIAS	OBJETIVO GERAL
O lugar das ciências humanas Na “Reforma” do Ensino Médio	SIMÕES (2018)	APPLE (1989); FRIGOTTO (2010); MAINARDES (2017); SACRISTÁN (2013).	<i>Objetiva refletir e fomentar o debate, a partir de um diálogo teórico interdisciplinar, a respeito do lugar da área de ciências humanas na atual reforma do Ensino Médio</i>

Interesses mercadológicos E o “novo” Ensino Médio	GONÇALVES (2017)	FREITAS (2017); SAVIANI (2008); FRIGOTTO (2017); KRAWCZYK (2017).	<i>Problematizações acerca do “novo” Ensino Médio, implementado no Brasil a partir da aprovação da lei N. 13.415, em fevereiro de 2017, em estreita correlação com interesses mercadológicos, por meio da interlocução do governo brasileiro com o empresariado e seu explícito interesse na preparação de mão de obra.</i>
As ameaças da reforma: Desqualificação e exclusão	LINO (2017)	SILVA (2015, 2017); MORAES (2006, 2013).	<i>Problematiza a reforma do Ensino Médio imposta pela lei 13.415/2017, que altera a LDB e determina uma configuração curricular que descaracteriza a última etapa da Educação Básica e reduz o direito à educação pública de qualidade</i>
Flexibilizar para quê? Meias verdades da “reforma”	KRAWCZYK; FERRETTI (2017)	KRAWCZYK (1990, 2014); RAVITCH (2011); VOLPI (2014).	<i>O artigo analisa de forma detalhada a lei n. 13.415 de 16/02/2017, que muda radicalmente, através de flexibilização e desregulamentação, o tempo escolar, a organização e conteúdo curricular, o oferecimento do serviço educativo (parcerias) a profissão docente e a responsabilidade da união e dos estados.</i>
O “novo” Ensino Médio e o PNE: Haverá recursos para essa política?	AMARAL (2017)	AMARAL (2017).	<i>O MEC terá disponibilidade financeira para transferir recursos para desenvolver uma dupla ação de grande envergadura, a política de fomento e o PNE (2014-2024)?</i>
A reforma do Ensino Médio: Regressão de direitos sociais	MOURA; FILHO (2017)	FRIGOTTO (2005); GENTILI (2016); SIMÕES (2013).	<i>Analizamos as relações entre o Ensino Médio e a educação profissional técnica de nível médio (EPTNM) face à reforma tratada na lei 13.415/2017.</i>
Reforma do Ensino Médio: Pragmatismo e lógica mercantil	SILVA; SCHEIBE (2017)	SILVA (2008, 2009).	<i>Neste texto mostramos que o conjunto de argumentos utilizado pelos propositores e defensores da atual reforma do Ensino Médio compõe uma linha</i>

			<i>de alegações reiterada nos últimos 20 anos, conforme evidencia a análise dos documentos normativos, baseados na defesa da necessidade de adequação do Ensino Médio a requisitos do mercado de trabalho e/ou em necessidades definidas pelo setor empresarial.</i>
Reformar para retardar: A lógica da mudança no EM	MOLL (2017)	ARENDRT (2010); MOLL (2012); TEIXEIRA (1957).	<i>O texto aponta o caminho, na última década, na contramão desses condicionantes, com ações governamentais e marcos legais, tendo como referência a emenda constitucional nº59/2009 (obrigatoriedade do Ensino Médio), no alargamento dos anos de obrigatoriedade da Educação Básica.</i>

Fonte: Revista Retratos da escola, 2017.

Quadro 09 – Artigos sobre a reforma do Ensino Médio no dossiê da Revista Educação e sociedade

TÍTULO	AUTOR/A	PRINCIPAIS REFERÊNCIAS	OBJETIVO GERAL
A contrarreforma do Ensino Médio no contexto da nova ordem e progresso	FERREIRA (2017)	CUNHA (1991); DALE (2008); FRIGOTTO (1998, 2005); KRAWCZYK (2009); KUENZER (2011).	<i>O texto objetiva discutir a contrarreforma do Ensino Médio empreendida pelo atual governo (lei nº 13.415, 16 de fevereiro de 2017).</i>
Estado e capitalismo no Brasil: A inflexão atual no padrão das políticas Públicas do ciclo político da nova república	POCHMANN (2017)	ABRANCHES (1979); ANDERSON (1995); CARVALHO (2008).	<i>Buscou-se identificar o movimento atual de inflexão no padrão de políticas públicas constituído pela experiência democrática das últimas três décadas no Brasil</i>
Trabalho e escola: a flexibilização do Ensino Médio no contexto do regime de acumulação flexível	KUENZER (2017)	KUENZER (2003); PIMENTA (2002).	<i>O artigo tem como objetivo analisar a reforma do Ensino Médio, regulamentada pela lei nº 13.415/2017, no âmbito do regime de acumulação flexível</i>

<p>Por que a urgência da reforma do Ensino Médio? Medida provisória nº 746/2016 (lei nº 13.415/2017)</p>	<p>MOTTA; FRIGOTTO (2017)</p>	<p>FRIGOTTO, (2017); POCHMANN (2011); BARROSO (2016).</p>	<p><i>O artigo analisa o porquê da urgência da reforma do Ensino Médio proposta pela medida provisória nº 746/2016, transformada na lei nº 13.415/2017, tendo em vista os “sujeitos dessa reforma” e o contexto de regressão da regressão teórica e política.</i></p>
<p>Ensino Médio: atalho para o passado</p>	<p>CUNHA (2017)</p>	<p>CUNHA (2005); GARDENAL (1982); SALDAÑA (2017).</p>	<p><i>Este artigo analisa a reforma do Ensino Médio proposta pela medida provisória nº 746/2016, na perspectiva das políticas anteriores, tais como as expressas na lei nº 5692/1971 e no decreto nº 2208/1997: a fusão dos ramos curriculares (pela lei) ou sua distinção (pelo decreto) Tinham como função a contenção da demanda de ensino superior.</i></p>

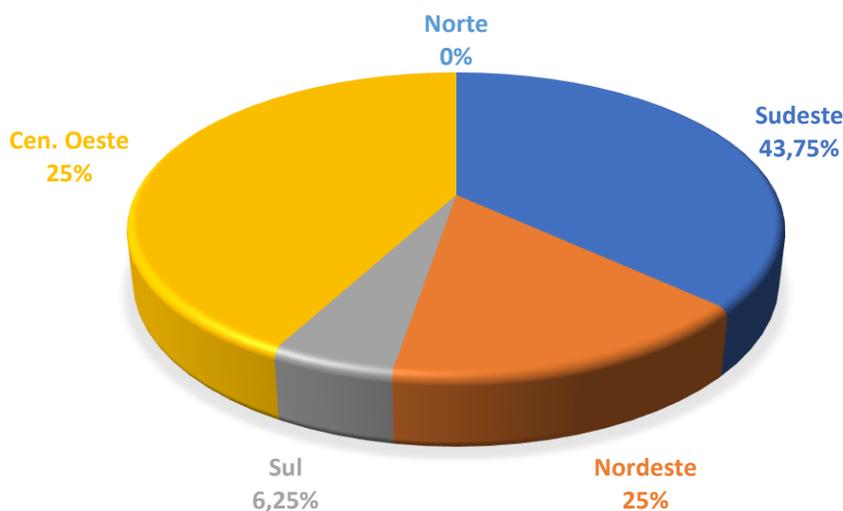
Fonte: Revista Educação e sociedade (2017)

Os quadros 03 a 07, nos mostram que há uma predominância de três autores entre as principais referências dos trabalhos, sendo eles o autor Gaudêncio Frigotto, que é filósofo e pedagogo, uma das principais referências quando se trata da temática educação e trabalho. O autor já publicou vários artigos a respeito das atuais reformas educacionais, dentre eles, gostaríamos de destacar “Reforma do Ensino Médio do (des)governo de turno: decreta-se uma escola para os ricos e outra para pobres”, publicado no ano de 2016. A autora Acácia Kuenzer, que é pedagoga e doutora em educação com relevantes publicações a respeito da mesma temática, em especial é uma grande estudiosa do Ensino Médio, entre suas principais obras destacamos “Ensino Médio e profissional: as políticas do Estado neoliberal”, publicada no ano de 1997. E a autora Nora Krawczyk, doutora em educação, também com pertinentes publicações na área das políticas educacionais e do Ensino Médio, a exemplo do artigo “Reflexão sobre alguns desafios do ensino médio no Brasil hoje”, publicado no ano de 2011.

3 REFORMA DO ENSINO MÉDIO: análise das produções encontradas

Ao analisar as informações do gráfico 01, percebemos que o maior número de publicações se deu na região Sudeste, os 43% de textos publicados se dá por ser a região de um dos dossiês que contém um total de 5 textos, das 3 dissertações encontradas e por ter sido sede de uma das Reuniões Nacionais da ANPED. A região Centro-Oeste, com 25% das publicações, é uma das regiões que possui um dossiê com 8 textos. A região Nordeste que também possui 25% das publicações se justifica por ter sido o local onde aconteceu a 38ª reunião da ANPED, com um total de 02 artigos sobre a temática pesquisada, também no Nordeste temos 02 dissertações mapeadas, além de ser a sede da Revista Espaço do Currículo, na qual encontramos um total de 4 textos publicados sobre a temática. A região Sul, possui um total de 6% das publicações que se dá pela publicação de 02 das dissertações mapeadas. Na região Norte não encontramos nenhuma publicação referente a temática pesquisada, não estamos aqui afirmando que não existem publicações sobre o tema na região Norte, mas que, de acordo com os dados encontrados no período analisado e nas respectivas plataformas, essas foram inexpressivas.

Gráfico 01 - Gráfico representativo da distribuição das publicações por região



Fonte: organizado pelas autoras, 2020.

Para uma melhor compreensão das problemáticas dos trabalhos, buscamos agrupá-las por temáticas, as quais foram escolhidas por percebermos que existiam semelhanças de foco entre os textos, por isso agrupamos os que seguiam um propósito semelhante. As temáticas formuladas de acordo com os assuntos dos textos foram: a concepção de juventude na reforma de Ensino Médio; a reforma do Ensino Médio e seus efeitos; flexibilização do currículo e

Ensino Médio e interesses mercadológicos. Abaixo, discorreremos sobre os pontos principais dos textos dentro das temáticas citadas.

3.1 A CONCEPÇÃO DE JUVENTUDE NA REFORMA DO ENSINO MÉDIO

Um dos temas comuns entre os trabalhos pesquisados é como o jovem está sendo pensado em meio a essa reforma. [7] (p. 44) afirmam que “ao longo do tempo, o Ensino Médio tem sido um campo de disputas no cenário brasileiro, devido às suas finalidades estarem ligadas ao devir da juventude”. Dessa forma, o jovem passou a ser um dos principais focos para a promoção da nova reforma do Ensino Médio.

Entre as ideias principais dos textos analisados sobre o tema, destacamos a de [8], ao afirmar que, através de propagandas, o MEC afirma que a flexibilização do currículo é capaz de aproximar a escola da realidade do aluno, já que ele poderá escolher qual itinerante formativo fará parte da sua formação, tornando-se, assim, protagonista da sua formação. Mas, o que as propagandas não mostram é que o Estado não é obrigado a oferecer os cinco itinerários formativos que estão previstos na reforma, podendo oferecer apenas dois itinerários.

Sendo assim, de acordo com [8], os estudantes não terão uma formação geral e sólida, gerando desigualdade e exclusão. [8] (p. 175) afirma que mesmo as propagandas tendo um discurso de que os jovens serão os protagonistas de sua formação, “é possível constatar que na Lei especificamente, não há uma concepção explícita acerca da juventude, tampouco é possível identificar os jovens como sujeitos protagonistas de sua formação”.

[8] apesar de reconhecer a importância de ter um documento que reconheça as singularidades do jovem, destaca que o documento por si só não modifica a realidade, já que nesta etapa da educação básica, de acordo com a literatura, os jovens não encontram sentido no saber escolar e reclamam do contexto do Ensino Médio. “Desse modo, é válido refletir que as políticas educacionais só surtem algum efeito positivo quando há ambiente propício para mudanças” [8] (p. 175).

Em consonância, [9] (p. 326) argumenta que esse “novo” modelo de Ensino Médio baseado na flexibilidade do currículo “não sinaliza nenhum projeto novo de educação para as juventudes, ao contrário representa um retrocesso.” [9] destaca que embora o governo argumente que utilizou a voz dos docentes para justificar as atuais políticas educacionais, outros grupos de jovens surgiram para ir contra essa proposta e demandar uma educação que atenda os anseios da juventude. As greves e ocupações de 2015-2016 mostram que os jovens esperam

mais da educação, não apenas um documento, mas investimentos na infraestrutura e em outros espaços.

Seguindo a mesma lógica e ideia, [10] traz um relato sobre a greve que aconteceu no ano de 2016 na UFRGS, na qual estudantes se reuniram e acamparam na Universidade em forma de protesto contra várias ações do atual governo, dentre elas estavam a PEC 55 e a atual reforma do Ensino Médio. [10] relata que as greves não só da UFRGS, mas que aconteceram em todo o país, mostram uma forma de resistência da sociedade em geral e em especial da juventude contra as políticas que foram impostas à população.

Por fim, [9] (p. 327) afirma que a atual reforma vai na contramão dos desejos dos jovens e representa um desmonte do Ensino Médio. “Os jovens precisam ser ouvidos e especialmente espera-se um “novo” ensino médio que cumpra o princípio constitucional da educação como direito de todos e como exercício necessário de cidadania e vida digna”.

Em suma, os trabalhos dessa temática defendem a ideia de que os jovens esperam que o Ensino Médio vá na contramão do que está posto nessa reforma. Eles destacam que, embora os formuladores dessa política curricular afirmem que os jovens serão protagonistas e terão a chance de escolher o seu futuro, essa reforma tende a promover mais desigualdade social e pode afastar o jovem ainda mais da escola. Nesse sentido, para [11] (p. 01),

[...] é uma traição aos alunos filhos dos trabalhadores, ao achar que deixando que eles escolham parte do currículo vai ajudá-los na vida. Um abominável descompromisso geracional e um cinismo covarde, pois seus filhos e netos estudam nas escolas onde, na acepção de Desttut de Tracy estudam os que estão destinados a dirigir a sociedade. Uma reforma que legaliza a existência de uma escola diferente para cada classe social. Justo estes intelectuais que em seus escritos negam a existência das classes sociais.

Consideramos que os textos que compõem essa temática problematizam o futuro do jovem brasileiro com essa nova proposta curricular, argumentando o perigo eminente para a formação dos jovens de classe baixa, destacando que esses jovens não estão conformados com essa reforma, mas que através de protestos lutam e resistem a esse modelo de educação.

3.2 A REFORMA DO ENSINO MÉDIO E SEUS EFEITOS

Os textos que foram agrupados nesse tema tratam da Lei 13.415/2017 e de seus efeitos para a educação e para a sociedade. Alguns autores, a exemplo de [12], acreditam que a atual reforma poderá reduzir o acesso ao Ensino Médio, provocando um retorno para um passado elitista, em que poucos tinham acesso ao ensino público. [12] destacam que a Lei 13.415 institui

o Ensino Médio em tempo integral e problematizam como fica a questão do jovem pobre que precisa trabalhar e estudar por questões financeiras, tendo que cursar o Ensino Médio integral? E o ensino noturno? Não seria correto pensar em tempo integral para a educação infantil?

[12] argumentam que a reforma não propõe diálogo, não o amplia, apenas o reduz. Destacam ainda que isso é um retrocesso na legislação brasileira, ao ponto que rompem com a continuidade da educação básica, uma vitória conquistada na LDBEN. Além disso, a “Lei 13.415/17 não amplia o atendimento, reduz o acesso, uma escola de tempo integral para poucos, com um ensino que busca formação técnica e com isso a limitação em termos de qualidade de ensino” [12] (p. 245-246).

Em consonância com esse pensamento, [13] afirma que o uso de medida provisória pelo governo para posterior aprovação da Lei de reforma se caracteriza como uma forma autoritária de legislar, pois não houve um diálogo com os profissionais da educação e muito menos com os jovens que compõem o público alvo da ação. Para [12], a alteração da LDB sem debate sobre os impactos que a reforma pode causar a curto, médio e longo prazo pode ser considerado como irresponsável e compromete a oferta de qualidade desse nível de ensino. Isso se justifica pelo estreitamento do currículo com a retirada das disciplinas formativas importantes que sonega o acesso a conhecimento e saberes.

Ainda para os autores [14] (p. 120), os efeitos são muitos, dentre eles a reforma agrava a fragmentação, a hierarquização social e a qualidade do Ensino Médio. Além disso, “[a] reforma ataca diretamente a concepção de formação humana integral e conduz o EM a uma lógica mercadológica, francamente regressiva e em oposição ao que está disposto na atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional”.

Percebemos, então, que os autores dessa temática elencam um conjunto de consequências advindas dessa reforma, a exemplo da descaracterização do currículo com a retirada das disciplinas, o ataque à concepção de formação humana e integral, o comprometimento da qualidade da educação, além das modificações ocorridas na LDB e das causas advindas com o rompimento da educação básica.

3.3 FLEXIBILIZAÇÃO DO CURRÍCULO

Nesta seção, os autores problematizaram e discutiram a questão da flexibilização do currículo que consiste, através da BNCCEM, que o aluno opte por uma área de aprofundamento

acadêmica ou pela formação técnico-profissional contidas dentro dos cinco itinerários formativos a partir de seu projeto de vida.

Autores, como [15], [16], levantaram algumas questões ao destacar que a lei não obriga o Estado a oferecer os cinco itinerários formativos, mas apenas dois, o que levará à restrição de possibilidade de escolha pelo aluno, ou seja, o discente pode ser pressionado a escolher, ao invés dos cinco, apenas dois itinerários. Além disso, embora a lei da reforma diga que o aluno poderá cursar mais de um itinerário desde que haja vaga, dependendo do horário, isso só será possível na forma subsequente ou da oferta do Estado. Considerando, portanto, que alguns municípios têm poucas escolas funcionando, a tendência será diminuir a oferta e privilegiar as áreas que dependam menos de docentes qualificados e de recursos e tecnologias mais sofisticadas.

Os autores destacam que a flexibilização do currículo atinge ainda os docentes, pois com o notório saber, no eixo de educação técnica e profissional, será possível profissionais ministrarem conteúdos de áreas afins a sua formação ou experiência profissional, apresentando apenas atestado de seu notório saber por titulação específica ou prática de ensino em unidades educacionais da rede pública, privada ou corporações [15].

Outra crítica se dá para a extensão da carga horária que foi ampliada para 1400 horas, pois inviabiliza o acesso dos jovens trabalhadores ao Ensino Médio. Sabe-se que estar dentro da escola o dia inteiro com educação de qualidade seria algo ótimo para os jovens, mas além da ameaça à qualidade da educação que essa reforma traz, muitos jovens trabalham para ajudar sua família, de modo que não podem passar essa quantidade de tempo na escola.

3.4 ENSINO MÉDIO E INTERESSES MERCADOLÓGICOS

Neste tópico, mostramos como os autores discutiram a reforma do Ensino Médio e sua relação com os interesses mercadológicos, destacando a relação do governo com os empresários e sua explícita preparação de mão de obra.

Alguns autores, a exemplo de [17], afirmam que a influência do capitalismo na esfera educacional não é algo novo e que ao longo do tempo vem procurando se reinventar e, para isso, cria reformas em diferentes esferas da sociedade. Para os autores, a atual reforma é um desdobramento da influência do capitalismo na esfera educacional, pois esse discurso de flexibilização do currículo se caracteriza como uma armadilha, de modo que as escolas privadas terão maior abertura e recurso para organizar currículos bastante sólidos e oferecer todos os

itinerários formativos, enquanto os estudantes das escolas públicas estaduais terão que se contentar com a ênfase que o sistema de ensino julgar possível ser ofertada. Nessa perspectiva, [11] acredita que será decretada uma escola para rico e outra para pobre.

[17] afirma que, para a formulação da proposta do Ensino Médio, seus criadores não foram as escolas públicas, nem as universidades, nem os professores e muito menos os estudantes, mas recorreram aos empresários através de algumas organizações, a exemplo do Instituto Alfa Beta, instituto Unibanco, Instituto Ayrton Sena e outros. Dessa forma, a autora considera que o que justifica a preocupação dos empresários em investir na educação brasileira é a competitividade do país no mercado globalizado, a fim de ampliar o lugar do Brasil no *ranking* da qualidade.

Em suma, os autores desta seção consideram que o “novo” Ensino Médio evidencia uma perspectiva pragmática e utilitarista, pautada em resultados e que, enquanto os alunos, pesquisadores e professores buscam lutar contra a reforma e em busca de uma educação de qualidade, os empresários não medem esforços para concordar com as propostas do governo.

4 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Ao analisar os textos mapeados, percebemos que todos os autores se posicionaram contra a atual reforma do Ensino Médio por diversos motivos. Em nenhum dos textos encontramos um posicionamento a favor da reforma. Os autores consideram que a reforma não foi construída junto à sociedade civil, aos pesquisadores e às escolas, mas que veio de forma verticalizada, modificando as principais leis que regem a educação brasileira, que são a Constituição de 1988 e a LDB de 1996. Eles afirmam ser uma reforma que não dialoga com as reformas anteriores e que não considera os avanços já alcançados nessa etapa de ensino.

Preocupa-nos pensar em uma reforma que altera essas leis e que modifica o Ensino Médio, mas é rejeitada pelos pesquisadores da área, pela sociedade civil, professores e alunos. Essa questão nos leva a refletir como os diversos estados e as escolas irão se organizar para a implementação dessa reforma. Qual será o futuro dos jovens da educação básica e da escola pública? Como irá se configurar futuramente o Ensino Médio? Será que teremos avanços ou mais retrocessos?

A partir dessas indagações e questões que ficam em aberto, ressaltamos aqui a importância do nosso trabalho de dissertação que consiste em analisar como a reforma do Ensino Médio repercutiu nos discursos dos discentes e docentes frente aos estudos e pesquisas

produzidos sobre a reforma. Em nossa pesquisa, encontramos apenas três dissertações acerca da reforma do Ensino Médio: uma tratava das greves e resistência dos estudantes frente às atuais políticas do governo de Michel Temer; outra tratava da concepção de juventude presente nos documentos que regem o Ensino Médio; e a última abordava os efeitos da atual reforma para a Educação Física. Não encontramos nenhuma tese.

Ainda, considerando os artigos encontrados nas plataformas e revistas *online*, mas que tratavam de temas mais específicos em relação à reforma, como a flexibilização do currículo, os efeitos da reforma, a qualidade da educação entre outros temas, confirmamos o ineditismo de nossa dissertação, por se tratar de uma pesquisa na qual objetivamos analisar os retrocessos da atual reforma, quais avanços para o Ensino Médio ela pode ou não promover e como os professores que atuam nessa modalidade de ensino, assim como os alunos, estão compreendendo a atual reforma. Será que eles estão se sentindo contemplados com a reforma do Ensino Médio? Suas expectativas são positivas para o novo modelo de Ensino Médio que ora se propõe? Como os sujeitos da escola avaliam essas mudanças? Será que essas mudanças vão promover uma equidade de oportunidades para os jovens não só na aquisição de conhecimentos voltados para o mercado de trabalho, mas também para o resgate da sua cidadania plena? Essas indagações iniciais e outras que surgiram no decorrer do processo de reforma do Ensino Médio serão motivos de reflexões em nossa dissertação.

REFERÊNCIAS

- [1] CURY, Carlos Roberto Jamil. A educação básica como direito. **Cadernos de Pesquisa**, v. 38, n. 134, maio/ago. 2008.
- [2] SOARES, Fernando Augusto Generino. **A contrarreforma do ensino médio do governo Michel Temer: a reorganização do projeto neoliberal e a desconstrução da Educação Física escolar**. 2017. 190 p. Dissertação de Mestrado- Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.
- [3] BRASIL. **Medida Provisória MP 746/2016**. Brasília, DF: Ministério da Educação, [2016]. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2016/medidaprovisoria-746-22-setembro-2016-783654-publicacaooriginal-151123-pe.html>. Acessado em: 15 dez. 2018
- [4] BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Estabelece a nova reforma do Ensino Médio. Brasília, 26 fev. 2017.

- [5] AGUIAR, Márcia Angela da S.; DOURADO, Luiz Fernandes (Orgs). **A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas**. [Livro Eletrônico]. – Recife: ANPAE, 2018.
- [6] SAMPAIO, Rosana F.; MANCINE, M.C. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Rev. bras. Fisioter.** v. 11 n. 1, 2007, p. 83-89.
- [7] CASAGRANDE, Ana Lara; STERING, Silvia Maria dos Santos; ADAM, Joyce Mary. Políticas Educacionais: nuances da proposta do novo ensino médio. In: **Anais do VI Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação**. Recife: ANPAE, 2018, p. 41-44.
- [8] SILVA, Geise Mara Sousa da. **Ensino médio no papel: educação, juventudes e políticas educacionais**. 2018. 44 p. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências e Tecnologia (UNESP), Presidente Prudente, 2018.
- [9] ALVES, Miriam Fábila. Projeto de Educação para as juventudes ou desmonte do ensino médio? A reforma do ensino médio no Brasil. In: **VI Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da educação**. nº 6, 2018. Recife. Anais do VI Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da educação. Recife: ANPAE, 2018, p. 325-327.
- [10] MORTARI, André Dias. **A construção cotidiana da greve na UFRGS: o movimento contra as reformas no final de 2016**. 2017. 110 p. Dissertação de Mestrado – Universidade federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.
- [11] FRIGOTTO, Gaudêncio. REFORMA DO ENSINO MÉDIO DO (DES) GOVERNO DE TURNO: decreta-se uma escola para os ricos e outra para os pobres. **Movimento Revista de Educação**. Ano 3, n. 5, 2016. Disponível:
<http://www.revistamovimento.uff.br/index.php/revistamovimento/article/view/326/327>.
Acessado: 15 nov. 2017.
- [12] BAIROS, Mariângela. MARCHAND, Patrícia. A reforma do ensino médio: um debate que esconde a volta para um elitismo educacional. In: **Anais do VI Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação**. Recife: ANPAE, 2018, p. 293-296.
- [13] LINO, Lucília Augusta. As ameaças da reforma: desqualificação e exclusão. **Revista Retratos da Escola**. Brasília, v. 11 nº 20, p. 75-90, jan-jun, 2017.
- [14] MOURA, Dante Henrique; FILHO, Domingues Leite Lima. A reforma do ensino médio: regressão de direitos sociais. **Revista Retratos da Escola**. Brasília, v. 11 nº 20, p. 109-129, jan-jun, 2017.
- [15] KUENZER, Acacia Zenaida. Trabalho e escola: a flexibilização do Ensino Médio no contexto do regime de acumulação flexível. **Revista Educação e Sociedade**. Campinas, v. 38 nº139, p. 331-354, abr-jun, 2017.
- [16] KRAWCZYK, Nora; FERRETTI, Celso João. Flexibilizar para quê? Meias verdades da “reforma”. **Revista Retratos da Escola**. Brasília, v. 11 nº 20, p. 33-44, jan-jun, 2017.

[17] GONÇALVES, Suzane da Rocha Vieira. Interesses mercadológicos e o “novo” ensino médio. **Revista Retratos da Escola**. Brasília, v. 11 nº 20, p. 131-145, jan-jun, 2017